



MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O URBANO: A COPA DO MUNDO DE 2014 E SEUS IMPACTOS NAS CIDADES BRASILEIRAS

SPORTS MEGA-EVENTS AND THE URBAN SPACE: THE FIFA'S WORLD CUP 2014 AND ITS IMPACTS ON THE BRAZILIAN CITIES

Paulo Roberto Rodrigues Soares*

Doutor em Geografia Humana/Universitat de Barcelona
Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

E-mail: paulo.soares@ufrgs.br
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

*Endereço: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Avenida Bento Gonçalves, 9500, Agronomia, CEP: 91509-900 - Porto Alegre, RS - Brasil – Caixa postal: 15001.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 08/08/2013. Última versão recebida em 03/09/2013. Aprovado em 04/09/2013.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Apoio e financiamento: O artigo apresenta reflexões e resultados parciais da pesquisa "Metropolização e Megaventos: impactos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 nas metrópoles brasileiras", financiada pela FINEP e coordenada pelo Observatório das Metrópoles.

RESUMO

O artigo trata dos megaeventos esportivos e seus impactos nas cidades brasileiras. Partindo dos estudos teóricos da literatura internacional, bem como das análises recentes da realidade brasileira, discutimos como os megaeventos programados para o Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) estão influenciando nas políticas urbanas nas cidades-sede e se convertendo em um modelo de política urbana para as demais cidades brasileiras. Nos últimos anos os grandes eventos esportivos estão se localizando nos países emergentes, onde geram mais oportunidades de negócios e maiores impactos socioespaciais. Os megaeventos são considerados como aceleradores de projetos urbanos e seus efeitos principais são a valorização do espaço urbano e a realocação das populações mais pobres. Analisamos os efeitos dos megaeventos nas principais sedes e apontamos mais detalhadamente o caso de Porto Alegre exemplificando as relações entre megaeventos e reestruturação urbana.

Palavras-chave: megaeventos esportivos; reestruturação urbana; políticas urbanas.

ABSTRACT

This paper deal with the sports mega-events and its impacts on the Brazilian cities. Starting from theoretical studies from international literature, as well current analysis of Brazilian reality, we discuss how the sport mega-events planning to Brazil (Fifa's World Cup and Olympic Games) are influencing the urban policies in the host cities and converting in a model of urban policies to other Brazilian cities. Nowadays the sports mega-events are localized in the emergent countries where generate more business opportunities and greatest socio-spatial impacts. The mega-events area considerate accelerators of urban projects and their main effects are the urban space are the increase of urban land value and the relocation of poor people. We analyze the mega-event effects on the main host cities and describe in a comprehensive view the case of Porto Alegre, the relations of sport mega-events and urban restructuring.

Keywords: sport mega-events; urban restructuring; urban policies.

1. INTRODUÇÃO

Os **megaeventos esportivos**, especialmente a Copa do Mundo de 2014, estão gerando fortes impactos socioespaciais e nas políticas urbanas nas cidades-sedes e brasileiras. A designação das cidades-sede dos jogos da Copa do Mundo de 2014 desencadeou uma série de intervenções urbanas visando preparar o espaço destas cidades para receber os jogos. A inflexão das políticas urbanas, verificada desde os anos 1990, torna-se mais evidente. Estas transitam das políticas de planejamento e gestão do espaço da cidade, para as políticas de gerenciamento e empresariamento urbano, ou do conceito de cidade funcional - da cidade como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho - para o conceito de cidade-empresa, a cidade eficiente para os negócios. Um movimento sócio-político que não é recente, como já apontou David Harvey (1996).

Neste sentido, grandes intervenções urbanas estão se produzindo nas cidades-sede. A construção (ou reforma) dos novos estádios e as grandes obras de mobilidade urbana estão desempenhando o papel de catalisadores da reestruturação do espaço das cidades. Entretanto, esta expansão urbana não representa um movimento de redistribuição da infraestrutura e dos equipamentos urbanos pelo espaço da cidade, nem de implantação de políticas habitacionais que favoreçam os setores de menor renda da população. Do contrário, observamos um movimento de "elitização" do espaço e a expulsão dos mais pobres para localizações (ainda) mais periféricas.

Como resultado, as cidades brasileiras (especialmente as cidades-sede da Copa) estão se tornando mais divididas, com a retração dos espaços públicos, cada vez mais normatizados e privatizados. O momento, contudo, não é apenas de mudanças nas cidades. A atual conjuntura se caracteriza por intensas lutas urbanas que questionam o modelo de cidade que está se implantando. Podemos nos referir a "projetos de cidade distintos e em disputa", nos quais uma plêiade de movimentos sociais e populares reivindica uma cidade mais justa e democrática, na qual a sua produção não se dê apenas visando à acumulação de capital via negócios imobiliários, mas que vise à qualidade de vida da população. Os acontecimentos recentes em termos de mobilizações sociais no Brasil evidenciam este embate.

2. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A ACUMULAÇÃO URBANA

A economia globalizada reservou um novo papel econômico para as metrópoles. A dispersão da produção industrial reforçou a presença da economia financeira e de serviços nas

metrópoles. O capitalismo da produção dispersa necessita das centralidades para a gestão econômica e política do sistema (Sassen, 1998). Assim, a competição entre as grandes cidades mundiais para ingressarem no seleto grupo das "cidades globais" foi acirrada, especialmente para as cidades consideradas "periféricas", as quais desenvolvem diversas estratégias para se credenciarem como centros de negócios globais¹.

Diversos estudos têm sido realizados sobre os megaeventos, principalmente esportivos, e suas relações com as cidades e as políticas e estratégias urbanas². Nas últimas décadas, estes acontecimentos internacionais foram totalmente mercantilizados e vendidos globalmente por poderosas corporações (FIFA, COI, FIA) em associação com outras corporações econômicas (parceiros estratégicos, patrocinadores). Com ampla exposição na mídia mundial, condicionam e direcionam as políticas de planejamento urbano das cidades que disputam a ferro, fogo e muito dinheiro o "direito" de sediar os megaeventos.

A escolha de uma cidade como sede de um megaevento deslança uma série de projetos, programas e obras em função das necessidades de adaptar a infraestrutura urbana às necessidades do público afluyente. O maior exemplo de transformação urbana derivada de um megaevento, os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) tornaram-se um paradigma de desenvolvimento urbano. O "modelo Barcelona" é vendido internacionalmente como "melhor prática" de aproveitamento de um megaevento esportivo para promover o "giro" de imagem de uma cidade e inseri-la no seleto grupo das cidades globais, especialmente pela sua inserção nos circuitos cada vez mais densos do turismo de massas internacional³.

Mas os megaeventos pressupõem outros negócios mais rentáveis que o ingresso de divisas via turismo. As obras de infraestrutura, a construção de estádios e instalações esportivas abrem um novo ciclo de construção e valorização do solo urbano na cidade-sede. Em muitas se produz um amplo processo de reestruturação urbana, a reorganização por parte do poder público e do capital imobiliário da estrutura da cidade, com novas frentes de expansão urbana, novos vetores de valorização, revalorização e "gentrificação" de seus setores "ociosos", e a construção de novas centralidades urbanas, sejam estádios, centros

¹ As cidades globais de primeiro nível são Nova York, Londres e Tóquio. Neste grupo ainda podem ser inseridas (com alguma discussão) Paris, Hong-Kong e Shangai. A seguir temos diversas cidades com destaque como centros de gestão da economia globalizada: Frankfurt, Milão, Madrid, Berlim, Los Angeles, San Francisco, Chicago, Toronto, Zurique, Sidney, Mumbai, Pequim, Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Johannesburgo, entre outras.

² Entre os trabalhos que abordam as transformações das cidades pelo modelo neoliberal e empreendedorista de gestão urbana destacam-se os trabalhos de David Harvey (1996), Otilia Arantes, Ermínia Maricato e Carlos Vainer (2000) e Fernanda Sánchez (2010).

³ Uma análise crítica do "modelo Barcelona" e uma perspectiva comparada com o Rio de Janeiro pode ser vista no número especial da revista Biblio 3W, "Barcelona 1992 - Rio de Janeiro 2016: Juegos Olímpicos y movimientos populares" (2010).

empresariais, sejam shopping centers. Antigos projetos saem das gavetas. Frequentemente este processo de reestruturação apresenta consequências nefastas para parcelas importantes (normalmente de baixa renda) da população urbana. As novas frentes de valorização e os processos de revalorização nunca ocorrem sobre "território vazio". Neste avanço do capital imobiliário, populações, comunidades estabelecidas são impactadas fortemente pelas obras. Seja diretamente, pela remoção (eufemisticamente chamada de "deslocamento involuntário"), seja pela valorização do solo e a consequente expulsão das populações pela impossibilidade de continuar vivendo onde sempre viveram e construíram seus laços de identidade e solidariedade. Mesmo a noção de "legado" incorporada aos megaeventos tem em seu escopo a transformação urbana, o enfretamento dos problemas urbanos e a "(re)organização social urbana" (*sic*)⁴.

Não é mera coincidência que nos últimos anos os megaeventos esportivos (Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, grandes prêmios de F-1) têm sido orientados para os chamados países emergentes. Por um lado as organizações que os controlam fogem da crise econômica que afeta os países centrais, especialmente a Europa. Por outro, nos países emergentes, com a economia e a renda familiar em expansão, os megaeventos encontram palco ideal para se inserirem nos circuitos econômicos, dada a necessidade de construção de infraestruturas e pela expansão do mercado consumidor vigente. Ou seja, nos países emergentes há muita coisa por fazer, o que significa muitos negócios por realizar. Some-se ainda a fragilidade institucional e de controle da sociedade civil em muitos países, o que permite celeridade nos acordos econômicos e menores barreiras para o trânsito de divisas entre os países-sede e as organizações controladoras dos eventos (não por acaso COI e FIFA estão sediadas na Suíça).

A reestruturação urbana, se proporcionada pelos megaeventos, realiza-se em três frentes: a da criação de novas centralidades; a de reforço de centralidades já existentes e a de "revitalização" de centralidades decadentes. Com relação à primeira frente, muitos estádios e instalações esportivas atraem novas estruturas que se convertem em centralidades. Em uma época de explosão do consumo e da mercantilização da vida cotidiana os megaeventos logicamente estão associados com o ato de comprar e grandes estruturas de consumo para os turistas que acedem aos megaeventos são construídas. Estas estruturas tendem a se converter em novas centralidades uma vez que são amplamente expostas na mídia antes e durante a realização dos jogos, o que colabora para que se consolidem no imaginário da população

⁴ Sobre os legados dos megaeventos esportivos ver o livro **Legados de Megaeventos Esportivos** organizado a partir das apresentações do Seminário "Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos", promovido pelo Ministério do Esporte e publicado em 2008 (disponível *on line*).

como lugares centrais. A própria arquitetura monumental dos estádios visa à sua conversão em ícones ou marcos urbanos. Da mesma forma, no caso brasileiro, temos observado que as instalações esportivas estão atraindo negócios imobiliários para o seu entorno, o que se deve em grande parte às estruturas de acessibilidade que são construídas, tanto para o transporte público, como especialmente para o transporte privado⁵. Os megaeventos também reforçam centralidades já existentes, pois os governos locais aproveitam as obras necessárias para sua realização como pretexto para a concentração de investimentos públicos em determinadas áreas das cidades, as quais tradicionalmente já são beneficiadas por estas ações. Assim, observa-se a melhoria de setores comerciais, de lazer e hoteleiros que já são prestigiados pelos setores de maior renda da população, especialmente áreas que concentram grandes *shopping centers*.

Por fim, um componente importante dos megaeventos é a "revitalização" de antigas centralidades que estavam decadentes na cidade. Neste sentido, em primeiro lugar devemos esclarecer que se no momento atual os setores degradados das cidades se constituem em áreas de baixo valor do solo urbano, igualmente se constituem em importantes "reservas de valor" para futuros investimentos urbanos, a partir do diferencial de renda (*rent gap*) entre o preço atual e o preço futuro do solo urbano pós-revitalização⁶. É nos processos de revitalização que a face neoliberal e empreendedorista da gestão urbana dos megaeventos se apresenta com maior relevo. Primeiramente porque esta geralmente se dá sobre terrenos públicos (frentes marítimas, instalações portuárias, pátios ferroviários, etc...) ou solo industrial "abandonado" - os "escombros da sociedade industrial, segundo Amendola (2000). Segundo, porque os processos de revitalização envolvem grandes operações urbanas, na qual se mobilizam recursos públicos e parcerias público-privadas, as quais ao final auferem escandalosas *plusvalias* urbanas aos "empreendedores" privados da revitalização. Por fim, estes processos de regeneração urbana seguem modelos já consagrados mundialmente (*Docklands*, de Londres; *Port Vell*, de Barcelona e *Puerto Madero*, em Buenos Aires) e contribuem para a perda de identidade e para a padronização da imagem urbana nas cidades que se inserem no circuito turístico global⁷.

As arenas, estádios e estruturas esportivas muitas vezes se colocam como vetores da colonização de áreas. São verdadeiros "artefatos urbanos" com capacidade de geração de

⁵ Um estádio de futebol dificilmente se constitui em "amenidade urbana" (ruídos, congestionamentos). Daí nossa hipótese da acessibilidade como atrativo dos empreendimentos imobiliários no entorno dos estádios.

⁶ Sobre os processos de gentrificação e/ou regeneração urbana ver, sobretudo, os trabalhos do geógrafo Neil Smith (2005, 2006 e 2007).

⁷ No Rio de Janeiro também há um megaprojeto de reestruturação da orla portuária visando a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o "Porto Maravilha".

centralidades, ainda que, muitas vezes, temporárias. A instalação de novas infraestruturas urbanas atrai investimentos imobiliários. Estes investimentos normalmente não se caracterizam como de "alto" padrão, porém, ao serem destinados a setores de renda média, auxiliam na "colonização" das novas periferias. Contudo, este processo de avanço da fronteira urbana encontra com populações tradicionais e comunidades que estavam instaladas na periferia urbana há muito tempo. Como aponta David Harvey (2008:32):

La absorción de excedente mediante la transformación urbana tiene un aspecto todavía más siniestro, que ha implicado repetidas explosiones de reestructuración urbana mediante la "destrucción creativa", que tiene casi siempre una dimensión de clase, dado que son los pobres, los no privilegiados y los marginados del poder político quienes sufren primero y en mayor medida las consecuencias de este proceso en el que la violencia es necesaria para construir el nuevo mundo urbano a partir de las ruinas del viejo.

Portanto, a escolha do Brasil como sede para o mundial de 2014 e do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016 se encaixa neste amplo movimento de reorientação dos megaeventos para os países emergentes da periferia do capitalismo⁸, os quais se aproveitam da conjuntura econômica favorável de crescimento econômico, de alargamento do mercado consumidor e de obras de infraestrutura.

3. O MODELO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO E SEUS IMPACTOS NOS ESPAÇOS URBANOS

Nos últimos 30 anos, as grandes metrópoles mundiais passaram por uma série de transformações econômicas, sociais, culturais, e por isso, espaciais. Carlos de Mattos (2007) aponta as tendências "constitutivas" das metrópoles e cidades latino-americanas (incluindo as brasileiras). Trata-se, segundo o autor, dos reflexos da nova fase da modernização capitalista, que se configurou a partir da crise do fordismo e a reestruturação político-econômica que definiu a passagem para o regime de "acumulação flexível" e todas as consequências destas mudanças. Entre estas tendências temos a financeirização da economia mundial, uma nova corrente dominante no planejamento e na gestão urbana, a qual abandona a ideia de um planejamento racionalista, normativo e centralizado, por um enfoque no projeto urbano e na ação privada. Como efeito, temos o desenvolvimento das estratégias de competitividade

⁸ A Copa do Mundo de 2018 será na Rússia, país gigante-emergente da Europa e a Copa de 2022 será no Qatar, país produtor/exportador de petróleo e com um gigantesco "fundo soberano" disponível para as obras do Mundial.

urbana, de *city marketing* e o crescimento dos investimentos imobiliários como centro da acumulação de capital.

Já é consenso referir-se que o Brasil, desde o início dos anos 2000, passa por um novo ciclo de desenvolvimento econômico, o qual vai mais além do simples crescimento, mas se configura como um novo modelo de desenvolvimento econômico. A partir de 2004, os seguidos anos de crescimento do Produto Interno Bruto e a ascensão de uma nova classe trabalhadora consumidora elevaram o país a um novo patamar na hierarquia das nações. Evidentemente ainda falta muito por fazer, tanto em termos de infraestruturas, como na qualidade dos serviços públicos. Persistem, também, grandes desigualdades socioeconômicas e regionais no Brasil.

Por estes e outros motivos, há algumas divergências da designação deste "novo" modelo de desenvolvimento. Para alguns continuamos no período "neoliberal" (1990-2004), apenas com uma pequena derivação nas políticas sociais ("social-neoliberalismo") ou no financiamento público aos grandes grupos econômicos ("neoliberalismo de Estado"). Para outros, as mudanças realmente desencadearam uma nova era de desenvolvimento, acompanhada por outros países da América Latina, inaugurando o período "neodesenvolvimentista". Muitos acadêmicos preferem não definir ainda o modelo econômico, colocando as três opções como "projetos em disputa" pelas forças políticas, econômicas e sociais⁹.

O que podemos afirmar sem dúvidas é que o estágio atual de desenvolvimento econômico se caracteriza por uma ampla reestruturação socioespacial, especialmente reestruturação urbana, a qual atinge todo o território nacional, mas com forte repercussão nos principais espaços urbanos e metropolitanos. Esta reestruturação está baseada no crescimento das atividades econômicas agrárias, industriais, comerciais e de serviços. De fato, o país saiu de longo período de letargia econômica, no qual se mantinha como décima economia mundial, para um novo período de crescimento, no qual alcançou a sexta posição entre as grandes economias mundiais, na esteira do crescimento dos chamados "países emergentes", capitaneados pelo crescimento acelerado da economia chinesa. Temos neste período um forte crescimento da exportação de *commodities*, a expansão da produção energética, um novo ciclo da indústria naval, bem como o crescimento da indústria de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos e automobilística). Na mesma direção, a diminuição dos índices de

⁹ Sobre as diferentes posições neste debate ver BOITO, Jr. A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado no **Fórum Econômico da FGV**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012 e SAMPAIO Jr., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, nº 212. São Paulo: out-dez 2012, p. 672-688.

desemprego e o crescimento da renda da população, seja pelos rendimentos do trabalho, seja pelos efeitos das políticas sociais redistributivas, provocou a explosão do consumo das famílias e uma forte expansão do setor de serviços.

O atual crescimento brasileiro tem forte componente de financiamento público, seja pelo fomento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), seja pelas obras públicas de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os quais também contribuem para a expansão do emprego e da renda da população. Considera-se ainda neste grande "pacote" de reestruturação da economia brasileira o novo ciclo de desenvolvimento da construção civil e da produção imobiliária, o qual se reproduz em duas frentes principais: por um lado, a expansão dos empreendimentos imobiliários de alto padrão e para a classe média, ocupando setores valorizados do espaço urbano, elevando nacionalmente o preço dos imóveis novos e usados. De outro, os projetos de habitação popular financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), os quais ocupam as novas periferias urbanas criando novos vetores de valorização. Ambas as expansões abrem novas fronteiras para o capital imobiliário e se produzem sobre espaços muitas vezes já ocupados por assentamentos informais consolidados, os quais sofrem processos de desintegração e expulsão/remoção para periferias ainda mais distantes onde desempenharão o papel de "colonizadores".

Os Megaeventos Esportivos programados para o Brasil nos próximos anos (Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016) encaixam-se neste amplo movimento de reestruturação urbana como estratégia do Estado - em diferentes níveis - e dos grandes capitais para acelerar o processo de produção espacial na definição de obras, de projetos de infraestrutura e programas de "revitalização urbana".

Desde a década de 1990, os Megaeventos Esportivos adotaram uma dimensão mais ampla no processo de acumulação capitalista tendo como foco a cidade. Este movimento acompanha significativas mudanças no escopo do planejamento urbano, o qual é progressivamente direcionado à captação de recursos externos e à aplicação de técnicas empresariais na administração de municípios, caracterizando o "empresariamento urbano". Assim, a atração de eventos de porte internacional, sobretudo os Megaeventos Esportivos, tem sido encarada por empresários, planejadores e governantes como uma forma de se dinamizar a economia local das grandes cidades e de se tentar resolver graves problemas relacionados às desigualdades sociais e aos efeitos das "deseconomias de aglomeração" percebido nas diversas metrópoles globais. Acrescente-se ainda o forte componente ideológico dos

Megaeventos os quais contribuem para a fabricação do "consenso urbano" em torno ao apoio político aos governos locais e suas "coalizões de crescimento" urbano¹⁰.

Assim, as cidades brasileiras inserem-se neste contexto de reestruturação. Um novo ciclo da construção civil, projetos de infraestrutura urbana, expansão dos serviços e projetos de revitalização das áreas centrais estão alterando a estrutura espacial de nossas principais metrópoles, gerando fortes impactos socioespaciais que atingem as parcelas da população já excluídas do "direito à cidade". Entre os impactos mais visíveis e perversos dos Megaeventos temos as remoções e deslocamento de populações dos setores urbanos valorizados pelas obras. Acrescentem-se as políticas de "higienização", ordenamento controlado dos espaços públicos e a militarização da questão urbana, empreendidas pelos governos locais, estaduais e federal. A seguir veremos um pouco mais sobre as cidades-sede da Copa de 2014 no Brasil.

4. AS CIDADES-SEDE DA COPA DE 2014 NO BRASIL

O megaevento Copa do Mundo é considerado pela maioria dos gestores urbanos uma "janela de oportunidades" para as cidades-sede. Estas podem se credenciar como destinos turísticos e aproveitar o legado da Copa e os efeitos de *city-marketing* que a exposição na mídia mundial trará à cidade na atração de novos negócios, empresas e convenções, um dos grandes "filões" do turismo internacional.

Outros argumentos favoráveis à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil estão os benefícios econômicos que o megaevento esportivo trará ao país, às cidades-sede e seus estados. Presume-se que investimentos em obras de infraestrutura e instalações esportivas e auxiliares, os novos negócios e o afluxo de turistas aportarão importantes recursos que serão redistribuídos entre os governos locais, empreendedores e população das cidades-sede (esta beneficiada ainda com o crescimento do emprego).

Na periferia do capitalismo, os megaeventos abrem mais oportunidades de negócios, além de apresentarem menor controle social dos gastos públicos. Os governos são menos resistentes às pressões das grandes corporações com interesses diretos no megaevento (organizadoras, patrocinadoras, construtoras, fornecedoras). No Brasil apesar dos mecanismos de controle criados - portais de transparência, ONGs, Comitês Populares - estamos observando a constante revisão (para cima) dos orçamentos das obras, especialmente do custo das "arenas", os estádios da Copa. Segundo Proni e Silva (2012):

¹⁰ Sobre estes temas ver os artigos reunidos na coletânea ARANTES, O.; MARICATO, E. e VAINER, C. B. A *Cidade do Pensamento Único*. Desmanchando Consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

há diferenças expressivas nas condições prévias dos países que sediam o torneio, prevalecendo a ideia de que nos países em desenvolvimento os custos com a infraestrutura são geralmente maiores, o que aumenta o risco de problemas, mas ao mesmo tempo os benefícios esperados também são maiores.

Para os autores, os efeitos imediatos de um megaevento esportivo como a Copa do Mundo, assim como seus legados, são distintos em países que possuem estágios de desenvolvimento econômico distintos. "Países em desenvolvimento normalmente requerem investimentos muito maiores para se prepararem para um evento desse porte, aumentando consideravelmente os riscos e custos de oportunidade" (Proni e Silva, 2012:04).

Estes argumentos podem ser transpostos para o caso brasileiro, país com grandes desigualdades regionais e significativas diferenças de desenvolvimento econômico e social. À primeira vista, a presença de cidades-sede em todas as regiões do país (Figura 1) aponta pelo menos para uma intenção de distribuição dos benefícios por todo o território nacional. Entretanto, uma leitura mais apurada evidencia que a escolha das cidades-sede teve como critério dominante a capacidade de cada cidade de receber o megaevento, especialmente em termos de infraestruturas de transportes (aeroportos e mobilidade urbana), hotelaria e serviços.

Entre as doze cidades escolhidas estão dez das principais metrópoles brasileiras, as quais concentram infraestruturas e serviços capazes de comportar um evento da magnitude de um Campeonato Mundial de Futebol. Todas são capitais estaduais, o que já lhes garante alguma vantagem em termos de infraestruturas e conexões aéreas. Neste sentido, a escolha das cidades-sede da Copa Mundo do Brasil apenas ratifica a centralidade das principais metrópoles na rede urbana brasileira, com exceção de Natal e Cuiabá, as quais deverão ser beneficiadas pelo volume de obras e pela visibilidade durante a realização da Copa.

Figura 1 - Brasil: cidades-sede da Copa do Mundo de 2014

Fonte: <http://pt.fifa.com>.

Quase todas as grandes metrópoles brasileiras foram contempladas (à exceção de Belém e Goiânia). Das doze sedes, nove se encontram entre os dez maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) dos municípios brasileiros segundo o IBGE (2012). As exceções são Recife (14°), Natal (42°) e Cuiabá (46°)¹¹.

Assim, entre estas doze cidades temos as duas metrópoles candidatas a "globais" (São Paulo e Rio de Janeiro), a capital federal (Brasília), as grandes metrópoles do centro-sul (Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre), as metrópoles do Nordeste (Fortaleza, Salvador e Recife) e uma metrópole "amazônica" (Manaus). Outras duas sedes não apresentam o mesmo grau de importância na hierarquia urbana nacional, porém, Natal é importante destino turístico (nacional e internacional) e apresenta uma ampla rede hoteleira e Cuiabá se insere como vitrine para promoção de um novo destino turístico internacional: o Pantanal (não por acaso o seu estádio foi batizado de "Arena Pantanal").

O quadro a seguir apresenta os dados da população e da economia (Produto Interno Bruto) das doze cidades brasileiras sedes da Copa do Mundo de 2014:

¹¹ O dado do PIB é referente ao ano de 2010.

Quadro I – Cidades Sede da Copa de 2014: população e participação no PIB total

cidade	PIB		População	
	total (R\$ milhões)	participação (%)	total (habitantes)	participação (%)
São Paulo	443 600 102	11,77	11 253 503	5,90
Rio de Janeiro	190 249 043	5,05	6 320 446	3,31
Brasília	149 906 319	3,98	2 570 160	1,35
Curitiba	53 106 497	1,41	1 751 907	0,92
Belo Horizonte	51 661 760	1,37	2 375 151	1,24
Manaus	48 598 153	1,29	1 802 014	0,94
Porto Alegre	43 038 100	1,14	1 409 351	0,74
Fortaleza	37 106 309	0,98	2 452 185	1,29
Salvador	36 744 670	0,97	2 675 656	1,40
Recife	30 032 003	0,80	1 537 704	0,81
Natal	11 997 401	0,32	803 739	0,42
Cuiabá	11 051 628	0,29	551 098	0,29
Total	1 107 091 986	29,37	35 502 914	18,61

Fonte: IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios. Censo 2010.

Observamos pelo quadro que as doze cidades-sede da Copa de 2014 concentram quase 30% do PIB brasileiro e um pouco menos de 20% da população. Ou seja, são cidades mais importantes economicamente que estão representadas na escolha. Se observarmos as sete primeiras capitais, estas concentram mais participação no PIB que população, enquanto que as capitais do Nordeste concentram mais população que participação no PIB. Em Cuiabá os números se equivalem. Em outra análise verificamos, entretanto, que são as capitais no Nordeste as que estão se beneficiando mais em termos de crescimento do PIB com as obras da Copa (Soares, 2013). O raciocínio aqui é o mesmo aplicado aos países emergentes em termos de oportunidade dos megaeventos: são os territórios com menor infraestrutura os que mais se beneficiam com as obras, pois estas causam mais impactos positivos em termos de formação de capital fixo e geração novos negócios, empregos e renda.

Nas cidades brasileiras, os megaeventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 estão produzindo uma série de impactos sociais e espaciais. Concentrando ambos jogos, com uma longa história de engajamento na atração de megaeventos e por se configurar como a "imagem internacional" do país, é o Rio de Janeiro a metrópole que "sofre" os maiores impactos.

No Rio de Janeiro temos um amplo processo de reestruturação urbana, com a consolidação de uma nova centralidade na cidade (a Zona Oeste e a Barra da Tijuca), a reconfiguração de uma antiga centralidade (o projeto Porto Maravilha) e grandes projetos estruturantes de mobilidade urbana (Transolímpica, Transoeste e Transcarioca, metrô da Barra da Tijuca). Na metrópole carioca diversas comunidades estão sendo atingidas por remoções, bem como opera-se um potente processo de reordenamento sócio-institucional da

vida na cidade, com o "choque de ordem", visando à disciplinarização e controle do cotidiano urbano caracterizado historicamente por relações informais e pequenas ilegalidades. Acrescente-se ao contexto a política de "pacificação" das favelas pela qual o Estado assume o controle de territórios que estavam à mercê de poderes ilegais (narcotráfico, milícias), seguido pelo mercado que instaura sua lógica assumindo o controle de serviços (fornecimento de energia, telecomunicações e gás, transportes) e valorizando estes territórios para novos empreendimentos imobiliários¹².

Em São Paulo, a maior metrópole brasileira, os impactos não são tão significativos como no Rio de Janeiro, porém na Zona Leste (com cerca de 4 milhões de habitantes), palco da arena da Copa na cidade, está se operando uma verdadeira reestruturação urbana com as obras de mobilidade urbana, a operação urbana "Rio Verde-Jacu" e a criação de um "polo institucional" com a concentração de serviços públicos estaduais e municipais e equipamentos urbanos (entre eles um centro de convenções e um polo tecnológico)¹³.

É em Recife, capital pernambucana, que a Copa do Mundo gera mais impactos urbano-regionais: a arena da Copa (Arena Pernambuco) foi construída em um pequeno município metropolitano (São Lourenço da Mata, 103 mil habitantes em 2011, segundo o IBGE) e a sua localização está servindo para reestruturar todo o setor oeste da Região Metropolitana. A operação imobiliária não se resume ao estádio, inserindo-se em um projeto mais amplo que é a construção por agentes imobiliários privados da cidade planejada, anunciada como a primeira "smart city" da América Latina "Cidade da Copa" (com estimativa de albergar 100 mil habitantes). Esta visa à criação de uma nova centralidade no setor oeste da Região Metropolitana do Recife (Ramalho e Vasconcelos, 2012) a qual está recebendo também grandes projetos econômicos ao sul (Porto de Suape e Refinaria Abreu e Lima) e ao norte (fábrica da FIAT em Goiana).

Poderíamos ainda incluir outros exemplos de processos de reestruturação e impactos socioespaciais das obras da Copa, como são os casos de Cuiabá e Fortaleza, mas passaremos agora para uma análise de um caso específico que é o da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

¹² Sobre o Rio de Janeiro ver o dossiê *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*, do Comitê Popular da *Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro* (maio de 2013).

¹³ Fonte: Comitê Paulista da Copa de 2014 (<http://www.copa2014.sp.gov.br/>) e *SPCOPA* - Comitê Especial para a Copa do Mundo de 2014 (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/copa/>).

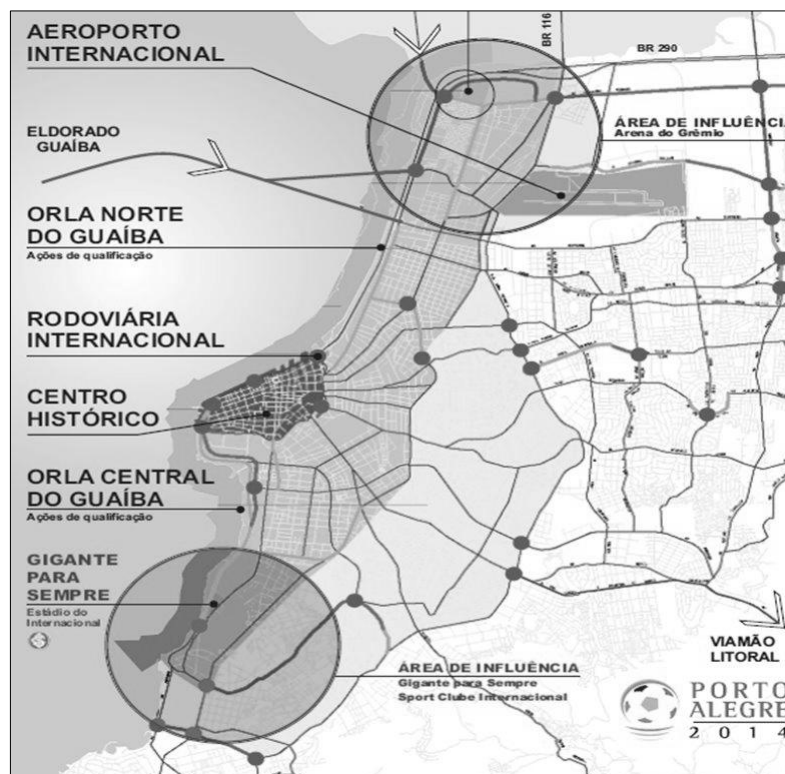
4. A COPA DO MUNDO DE 2014 NA METRÓPOLE DE PORTO ALEGRE

A designação de Porto Alegre como uma das sedes da Copa do Mundo também foi considerada como uma oportunidade para levar adiante projetos urbanos que estavam "no limbo" por dificuldades gerenciais ou carências de recursos. Entretanto, Porto Alegre não tem um grande programa de reforma urbana para a cidade, o máximo que podemos vislumbrar é um conjunto de obras viárias e de infraestrutura para os setores da cidade afetados pela Copa, sendo que estas obras se realizam ao custo de remoções de comunidades.

Em Porto Alegre, os impactos se circunscrevem a uma "área de planejamento prioritário, a qual é tradicionalmente o setor mais valorizado da cidade e que concentra as antigas e novas centralidades da cidade (figura 2). Uma particularidade da cidade é a presença de dois estádios de "padrão FIFA" na cidade: o reformado estádio Beira-rio (o estádio oficial da Copa do Mundo) e a nova Arena do Grêmio (construída recentemente e que se aproveitou de todos os benefícios gerados para a construção de estádios para a Copa). A localização dos dois estádios (Beira-rio na zona sul e Arena Grêmio na zona norte) difunde os efeitos das obras do megaevento por toda a cidade.

Os dois estádios estão servindo de estruturas facilitadoras de operações urbanas que de alguma forma estão dando uma "nova cara" a Porto Alegre. Se o Beira-rio se configura como estrutura de valorização de um vetor que está se constituindo entre a área central da cidade e a já valorizada Zona Sul, mas que ganha ainda mais impulso com as obras de duplicação das avenidas Beira-rio e Tronco, a Arena se apresenta como uma estrutura "colonizadora" que abre uma nova fronteira de negócios imobiliários na zona norte da cidade. Ou seja, os dois estádios estão em profunda relação com o capital imobiliário nacional no processo de valorização do espaço e de reestruturação urbana em curso na cidade de Porto Alegre.

Figura 2 – Porto Alegre: Área Prioritária de Planejamento para a Copa do Mundo de 2014



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

No anexo à "Matriz de Responsabilidades" de Porto Alegre encontramos uma lista das obras necessárias para a realização da Copa do Mundo na cidade, com um custo de mais de 500 milhões de reais. Entre elas, as obras de mobilidade urbana: Avenida Tronco, Avenida Beira-rio, os BRTs (*Bus Rapid Transit*) e a Terceira Perimetral. Outras obras de interesse da Prefeitura e de grupos privados também são justificadas pela necessidade de a municipalidade adequar a cidade para o megaevento. A abertura de novas vias de circulação e a conclusão das obras planejadas estão sendo realizadas com a remoção de comunidades há muito tempo assentadas nestes lugares. Além disso, grandes grupos imobiliários estão atentos a estes projetos que liberam e valorizam áreas para seus empreendimentos, uma vez que a construção civil é um dos setores prioritários na recente expansão econômica da cidade.

Desde que Porto Alegre foi anunciada como uma das sedes da Copa, importantes mudanças institucionais ocorreram. A revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental - PDDUA - aprovada em novembro de 2009 foi a principal delas. Ocorreu a "flexibilização" das regulamentações do uso do solo e a diminuição dos degraus de aprovação dos "Projetos Especiais de Impacto Urbano", o que caiu como uma luva para os grandes construtores interessados em megaprojetos imobiliários.

Grandes construtoras do cenário nacional aportaram em Porto Alegre realizando grandes empreendimentos imobiliários, os quais têm forte impacto na estrutura urbana da cidade ("bairros planejados", conjuntos "multifuncionais" que congregam torres residenciais e comerciais e áreas de lazer privadas, condomínios fechados, novos shopping centers)¹⁴. Estes empreendimentos ratificam uma nova forma de morar, de estar na cidade, além de fragmentarem ainda mais a estrutura urbana da cidade, uma vez que se caracterizam como empreendimentos fechados e sem conexão com o seu entorno urbano e sim com as grandes avenidas que garantem a acessibilidade necessária aos seus moradores. Além do mais, situam-se próximos a grandes equipamentos comerciais (shopping centers), os quais também estão desconectados do tecido urbano tradicional da cidade.

As obras da Copa estão removendo populações de seus tradicionais territórios de moradia. Segundo a própria Secretaria Especial da Copa, mais de 5,5 mil famílias serão realocadas nos processos de readequação da estrutura urbana da cidade. No entorno do Aeroporto Salgado Filho (em obras pela Copa) são mais de 4 mil famílias afetadas (2,8 mil da Vila Dique e 1.3 mil da Vila Nazaré); na área da Avenida Tronco (Vilas Cruzeiro, Postão e Cristal) são afetadas mais 1,4 mil famílias¹⁵.

A lei das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), aprovada em novembro de 2010, ratifica a segregação espacial dos pobres ao definir como área prioritária de expansão dos projetos de moradia popular o extremo-sul do município, além de abrir uma exceção para os projetos relativos à Copa do Mundo, os quais não necessariamente terão que ser realizados na mesma "região de planejamento" de origem das populações afetadas (FERU-RS, 2010).

As políticas de revitalização da área central e dos espaços públicos também apontam para uma cidade privada e fragmentada. Por um lado, os espaços públicos da área central estão sendo revitalizados via parcerias público-privadas, através do patrocínio de empresas (preferencialmente patrocinadoras da Copa de 2014). Este é o caso, por exemplo, do Largo Glênio Peres, em frente ao Mercado Central, inicialmente destinado à *fan fest*¹⁶ durante a Copa de 2014. Da mesma forma a "revitalização" do Cais Mauá (o frente portuário da cidade) envolve sua privatização e transformação em espaço para o turismo global. Por outro, a determinação de novas ordenanças visando ao controle e à ordem nestes espaços (como, por exemplo, a proibição de todo tipo de manifestações populares - políticas, culturais, religiosas -

¹⁴ A análise de alguns destes megaprojetos imobiliários realizados em Porto Alegre está em SOARES, 2010.

¹⁵ <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>.

¹⁶ No final de setembro de 2013 o local da *fan fest* de Porto Alegre foi alterado para o Anfiteatro do Pôr-do-Sol, na orla do Lago Guaíba.

sem prévia autorização da autoridade pública) impõe seu uso controlado, de acordo com um padrão pré-determinado de apropriação do espaço.

Com tudo isso, é possível questionar se as políticas para os espaços públicos empreendidas em Porto Alegre são de "revitalização" ou de "higienização" da cidade para receber os turistas do megaevento esportivo. Questão para analisar durante e após o evento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo pretendeu demonstrar como as políticas urbanas derivadas da designação do Brasil como país-sede da Copa do Mundo de 2014 estão servindo para o deslanche de um amplo processo de reestruturação urbana nas nossas metrópoles e cidades.

Vimos como nossas metrópoles estão se convertendo em cidades mais alinhadas com os modelos globais de desenvolvimento urbano que se caracterizam pela primazia do setor privado na produção e gestão das cidades. A conjuntura internacional e as forças políticas e econômicas dominantes no país estão de acordo com este modelo, permitindo um grande ciclo de expansão do capital imobiliário e da construção civil, os quais necessitam de ajustes institucionais e dos marcos regulatórios urbanos para que possam se viabilizar.

Assim, o momento é de intensa revisão das políticas e legislações urbanas visando permitir aos capitais imobiliários liberdade de atuação. Trata-se também de um contexto de "guerra de lugares", pois cada cidade quer atrair mais empreendimentos que outras, já que nesta fase o próprio capital tem ampla autonomia de localização na escala global.

A Copa do Mundo converteu-se em um acelerador deste processo, pois o horizonte de 2014 impõe um prazo para a realização de obras, adequações e reformas nas cidades, visando sua preparação para o "megaevento esportivo".

Os estádios de futebol aparecem como catalisadores de negócios imobiliários. As operações urbanas que envolvem sua construção ou reforma envolvem agentes com esfera de atuação nacional e global. A lógica e a racionalidade imposta nos projetos de reforma e construção dos estádios impactam na estrutura urbana da cidade e no próprio cotidiano urbano. A própria "readequação" dos espaços públicos em curso também impõe um novo cotidiano urbano, mais privatizado e regulado, mais ordenado e menos espontâneo e comunitário.

Neste artigo nos limitamos a uma visão crítica do processo de fragmentação e privatização dos espaços das cidades. Evidentemente que estes processos encontram resistências organizadas ou espontâneas. Estão em jogo projetos de cidade e de sociedade

distintos que disputam as políticas públicas e as políticas urbanas. Até o momento este jogo está sendo vencido pelo capital e pelas corporações. Temos esperança de que o jogo pode virar em favor de cidades mais democráticas, solidárias e abertas.

6. REFERÊNCIAS

AMENDOLA, G. *La ciudad postmoderna*. Madrid: Ediciones Celeste, 2000.

ARANTES, O.; VAINER, C e MARICATO, E. (orgs.) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COMITÊ POPULAR da Copa Porto Alegre. Disponível em:
<http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/>.

COMITÊ POPULAR da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. *Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: maio de 2013.

DaCOSTA, L. et. all.(Eds.), **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte/ Sistema CONFEF/CREFs, 2008.

FORUM ESTADUAL DE REFORMA URBANA (FERU-RS). **Por uma Porto Alegre democrática, livre e de todos**. Manifesto disponível em:
www.observatoriodasmetroles.net/. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2010.

HARVEY, D. *El Derecho a la ciudad*. *New Left Review*, nº 53, 2008, p. 23-40.

HARVEY, D. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, NERU, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, D. y SMITH, N. **Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: UAB/MACBA, 2005. Col. Contratextos.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012
(www.ibge.gov.br).

OLIVEIRA, F.; CAPEL, H.; BARBOSA, J. L.; ZAAR, M. (Coords. y Eds). Barcelona 1992 - Rio de Janeiro 2016: Juegos Olímpicos y movimientos populares. Número extraordinario. *Biblio 3W*. Universidad de Barcelona, Vol. XV, nº 895, 5 de noviembre de 2010.
<<http://www.ub.es/geocrit/b3w-895/b3w-895.htm>>.

MATTOS, C. De. *Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana*. Revista *Nueva Sociedad*, nº 212, Noviembre-diciembre 2007, p. 82-96.

PRONI, M. W. e SILVA, L. O. Impactos econômicos da Copa de 2014: projeções superestimadas. **Texto para Discussão**, nº 212. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, outubro/2012.

RAMALHO, A. M. F. e VASCONCELOS, R. F. A. A Copa do Mundo de 2014: impactos ou legado para as cidades-sede do Nordeste? In: ZIMERMAN, A. (org.). **Copa do Mundo de 2014: impactos e legado**. Santo André: UFABC, 2013, p. 39-63.

RIO GRANDE DO SUL. **Portal Oficial do Governo do Rio Grande do Sul para a Copa do Mundo da FIFA 2014** (www.copa2014.rs.gov.br).

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SASSEN, S. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **EURE** (Santiago). Vol. XXIV, nº 71, p. 5-25, marzo de 1998.

SMITH, N. A fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp** - Espaço e Tempo, São Paulo, nº 21, p. 15 - 31, 2007.

SMITH, N. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariassen, C. (ed.), *De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SMITH, N. El redimensionamiento de las ciudades: la globalización y el urbanismo neoliberal. In HARVEY, D. y SMITH, N. **Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona/MACBA, 2005, p. 59-78.

SOARES, P. R. R. Del presupuesto participativo a los megaproyectos: la producción del espacio urbano en Porto Alegre en el siglo XXI. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331(28). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-28.htm>>.

SOARES, P. R. R. O PIB das cidades da Copa (2007-2010). **Copa em Discussão**, nº 17. Curitiba, fevereiro 2013, p. 4-7 (<http://www.copaemdiscussao.com.br/boletins/17.pdf>).